



ASSOCIAÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL POLÍCIA MARÍTIMA

30 OUTUBRO 2015

Comunicado

A militarização da Segurança Interna: uma perigosa visão securitária

A Associação Sócio-Profissional da Polícia Marítima nota que, ciclicamente, surgem escritos militarmente avalisados sustentando uma perspetiva securitária, num insistente apelo à interpenetração das Forças Armadas nas atividades de Segurança Interna.

Mas será um país securitário, um país mais seguro?

Veja-se o exemplo de Luaty Beirão, que a pretexto de uma tentativa de assalto ao poder pela força da palavra, há mais de 6 semanas se vê privado dos mais elementares direitos inerentes à dignidade humana.

O securitarismo existe na razão inversa das liberdades fundamentais.

Mais securitarismo: menor liberdade; menores garantias.

Pronunciam os mais recentes Relatórios de Segurança Interna, que Portugal é um país seguro.

Se a criminalidade diminui consecutivamente; se a separação constitucional continua a justificar-se pela desproporcionalidade de meios da força militar; que intenções alimentarão os insistentes apelos ao securitarismo militar, sob a capa de eventuais ameaças transnacionais?

Nos auspícios de uma alternância governativa, vimos ontem publicado um artigo no Jornal de Defesa e Relações Internacionais, sob o título "*As Forças Armadas na Segurança Interna. O caso específico do domínio marítimo*".

Artigo esse que, ora desvaloriza, ora não reconhece a separação constitucional entre a segurança interna e a defesa nacional, no que tange ao "domínio marítimo", a ponto de sustentar-se na inexistência de fiscalização constitucional de diplomas, que, interpretados enviesadamente, favorecem uma leitura contrária aos preceitos da Constituição.

Esquece, porventura, a recente rejeição do projeto de Conceito Estratégico de Segurança e Defesa Nacional, que por opção dos parlamentares, arredou eventuais pretextos de intervencionismo militar na área da segurança interna.

A propósito da desmilitarização do mar, a Autoridade Marítima Nacional publicitou esta semana uma operação policial levada a efeito pela Polícia Marítima, tendo a Marinha prestado colaboração, disponibilizando para o efeito uma unidade naval, à semelhança do que sucede há décadas com outras entidades policiais.

Para aparente malgrado do militarismo, a operação parece ter corrido bem.

Cumpriu-se a Constituição. Agora é tempo de desmilitarizar a segurança marítima, assim exista coragem política. Porque a segurança interna - relembra a ASPPM - tem uma natureza puramente civil.

A Direção Nacional